

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.195 - MG (2019/0170413-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : NATANAEL CORREIA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : MAICON FLAVIO DOS REIS - MG167007
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Natanael Correia dos Santos** – preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva decretada em desfavor do recorrente pelo Juízo de Direito da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Araxá/MG (Autos n. 040.19.002515-1).

Aqui, alega-se constrangimento ilegal consistente na manutenção da prisão cautelar imposta, ao argumento de ausência de fundamentação para tanto.

Postula-se, ao final, o deferimento de medida liminar para que seja revogada a prisão cautelar.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente como no caso, tratando-se de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, compulsando os autos, observei que o Magistrado singular destacou que *durante abordagem policial foram localizadas 12 munições de calibre restrito .762, uma bucha de maconha, um cartucho deflagrado de munição .380, a quantia de R\$304,00 e uma balança de precisão* (fl. 32).

Ademais, observo que o recurso não foi instruído com cópia do decreto preventivo, razão pela qual não há como verificar a veracidade das alegações de ausência de fundamentação para a prisão cautelar, motivo pelo qual não vislumbro o *fumus boni*

iuris necessário à concessão da tutela de emergência neste momento.

Por fim, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal, enviando, se possível, cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator